

Óleo e Gás
Participações S.A.
- em recuperação
judicial

**Informações Trimestrais -
ITR em 31 de março de 2016
com Relatório dos
Auditores Independentes
sobre a Revisão das
Informações trimestrais -
ITR**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais	9
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas às informações trimestrais	18
Informações Trimestrais - “Formulário CVM”	53

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Óleo e Gás Participações S.A. (“OGPar” ou “Companhia”) - em Recuperação Judicial, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, bem como eventos subsequentes relevantes ao mercado.

1. Mensagem da administração

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2016 em situação desafiadora, com a produção de óleo suspensa nos Campos de Tubarão Azul e Tubarão Martelo e recursos escassos em caixa.

Acreditamos, entretanto, que a elevação do preço do petróleo no mercado internacional ocorrida nas últimas semanas tem se mostrado consistente e que esse movimento possa motivar os principais credores da Companhia – debenturistas DIP, credores do Empréstimo Adicional e *bondholders* OSX-3 – a aceitar o acordo que vimos propondo nos últimos doze meses, baseado na conversão de toda e qualquer obrigação devida pela Companhia, em ações de emissão da OGX.

Paralelamente a essa negociação em curso, continuamos envidando os melhores esforços junto à ANP e aos parceiros para permanecermos no consórcio do bloco BS-4 – Campo de Atlanta, que apresenta potencial de geração de caixa para Companhia.

2. Ativos em Desenvolvimento

2.1 Desenvolvimento dos Campos de Atlanta e Oliva (“BS-4”)

Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, localizado no Bloco BS-4, na Bacia de Santos, situado a 185 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, em lâmina d’água de aproximadamente 1.500 metros. A OGX possui participação de 40% no consórcio, em parceria com a Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda., com 30% de participação, e com a Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), operadora do Bloco com participação de 30%.

O início de operação do Sistema de Produção Antecipada (“SPA”) de Atlanta está programado para o quarto trimestre de 2016. Nesta primeira fase, o potencial de produção está estimado em 20 mil bbl/d, com dois poços produtores que estão perfurados e equipados com árvore de natal molhada e bomba submersa. A projeção possui margem de variação, positiva ou negativa, de 10%. A produção do SPA poderá atingir cerca de 30 mil bbl/d com três poços produtores, entretanto, a operadora não definiu o cronograma de perfuração do terceiro poço de produção.

O Sistema Definitivo de Atlanta que compreende a segunda fase no Campo de Atlanta, está previsto para iniciar a operação em 2019, totalizando 12 poços com pico de produção de cerca de 75 mil bbl/dia, em 2021.

O afretamento do FPSO Petrojarl I tem duração de cinco anos, com cláusula de rescisão válida após o terceiro ano e os equipamentos e as soluções submarinas necessárias já foram contratados pelo Consórcio.

A OGX Austria GmbH, subsidiária integral da OGX P&G, assinou um contrato de venda de óleo (COSA - *Crude Oil Sales Agreement*) correspondente à parte da OGX na produção para o SPA do campo de Atlanta. O contrato assinado tem prazo de três anos, podendo ser estendido por mais um ano. A venda do óleo para a Shell Western Supply and Trading Ltd. (“Shell”) será *Free on Board* (“FOB”) no FPSO, com mecanismo de preço *netback*.

O investimento estimado do consórcio entre os anos de 2015 e 2016 até o *first oil* é de US\$ 288 milhões, sendo que US\$ 131 milhões foram orçados para 2015 e US\$ 157 milhões para 2016. O custo operacional total de afretamento e manutenção estimado para o SPA é de US\$ 480 mil por dia, incluindo os custos de leasing, serviços, logística, seguro e fundo de abandono, entre outros.

Conforme divulgado pela QGEP em maio de 2014, o relatório independente de certificação de reservas do Campo de Atlanta, elaborado pela *Gaffney, Cline & Associates* - GCA e datado de 31 de março de 2014 apresentava reservas 1P de 147 milhões de bbl, 2P de 191 milhões de bbl e 3P de 269 milhões de bbl de óleo.

3. Ativos Maduros

As informações a seguir referem-se aos dados operacionais das OGX Petróleo e Gás S.A., empresa na qual a Companhia possuía 25,59% de participação em 31 de março de 2016. Essa participação não foi alterada até a data de divulgação desse relatório.

3.1 Bacia de Campos

3.1.1 Campo de Tubarão Azul

No dia 22 de janeiro de 2016, a OGX concluiu com sucesso a desmobilização do FPSO OSX-1 que operava no Campo de Tubarão Azul, que produziu um total de 6,7 milhões de barris de petróleo desde o início de sua operação até a sua interrupção - em retificação aos 4,7 milhões anteriormente divulgados nos resultados referentes ao ano de 2015.

A Companhia cumpriu todos os compromissos assumidos com a OSX 1 Leasing B.V., seus respectivos credores e a OSX Serviços Operacionais Ltda. – em Recuperação Judicial, tendo ainda creditado US\$ 32 milhões em uma conta garantia, destinada exclusivamente a servir de garantia ao cumprimento das obrigações associadas ao abandono dos poços do campo de Tubarão Azul.

O valor depositado pela OSX 1 Leasing B.V. será integralizado na Companhia por meio do aumento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração e divulgado pela Companhia no aviso aos acionistas do dia 31 de março de 2016, retificado em 1º de Abril de 2016.

3.1.2 Campo de Tubarão Martelo

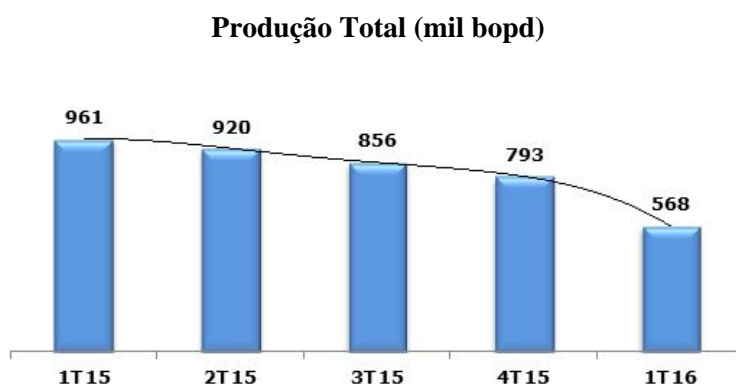
A – Produção

Em 5 de março de 2016, a Companhia realizou a interrupção temporária da produção no Campo de Tubarão Martelo em função da queda persistente do preço do petróleo do mercado internacional que tornava a operação do Campo de Tubarão Martelo economicamente inviável à época. De 1 de janeiro de 2016 até o momento da interrupção da produção, foram extraídos 568 mil barris de petróleo.

No entanto, tendo em vista a elevação do preço do petróleo no mercado internacional ocorrida nas últimas semanas, a Companhia reavaliou sua decisão e protocolou junto à ANP, em 26 de abril de 2016, solicitação para retomada da produção nos quatro poços conectados no Campo de Tubarão Martelo, com o objetivo de gerar caixa em um cenário mais favorável do mercado.

A Companhia aguarda o pronunciamento da ANP e manterá seus acionistas e o mercado informados a respeito do desenvolvimento deste assunto.

A OGpar e a OGX P&G têm intenção de produzir no Campo de Tubarão Martelo até que um acordo seja alcançado com a *Nordic Trustee ASA* (“*Nordic*”), representante dos detentores dos *bonds* emitidos pela *OSX 3 Leasing B.V.*, no sentido de descomissionar e desconectar a plataforma FPSO *OSX-3* e, posteriormente devolvê-la a seus credores, sempre em conformidade e aprovação da ANP, Ibama e demais órgãos competentes.



B – Resultados Financeiros da Operação

A seguir apresentamos os dados financeiros da operação do FPSO OSX-3, no Campo de Tubarão Martelo, no primeiro trimestre de 2016:

FPSO OSX 3 - TBMT		R\$ ('000)
Descrição	1T16	1T15
Dias de operação	66	72
Produção vendida	651.541	840.250
Preço unitário - R\$/bbls	82,31	98,17
Receita líquida	53.631	82.484
Royalties	(5.898)	(10.571)
Leasing	(78.146)	(18.953)
Serviços (O&M)	(13.226)	(24.316)
Logística	(18.791)	(34.480)
Outros	(3.686)	(8.920)
Custo do produto vendido	(119.747)	(97.240)
EBITDA	(66.116)	(14.756)
% EBITDA / Receita Bruta	-123,28%	-17,89%
EBITDA / bbls - Em R\$	(101,48)	(17,56)

A manutenção das baixas cotações do preço do óleo ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2016 influenciaram significativamente na geração da margem negativa e na decisão da Companhia em interromper temporariamente a produção do campo.

4. Ativos em fase Exploratória

4.1 Portfolio Exploratório da Margem Equatorial

A Companhia continua buscando oportunidades de *farm out* da participação de 50% detida no bloco exploratório POT-M-762 adquirido na 11ª Rodada de Licitações da ANP, que não só a desonerarão das obrigações regulatórias assumidas com a ANP, como também permitirão que concentre seus esforços em projetos capazes de gerar caixa no curto prazo.

Em relação aos blocos PAMA-M-591 e PAMA-M-624, devolvidos integralmente à ANP em 27 de maio de 2015 depois de declarados ambientalmente inviáveis pelo IBAMA, a Companhia continua aguardando uma manifestação da ANP, tendo em vista que o Programa Exploratório Mínimo não foi cumprido em função da ausência de licenciamento ambiental.

A Companhia também aguarda análise e aprovação final da ANP a respeito da cessão da sua participação nos blocos CE-M-603 e POT-M-475, operados pela ExxonMobil Exploração Brasil Ltda, firmada em acordo de *farm out* datado de setembro de 2015, e manterá seus acionistas e o mercado informados a respeito do desenvolvimento deste assunto.

5. Ativos Disponíveis para Venda

5.1 Ações da Parnaíba Gás Natural

Em 24 de março de 2016 a Companhia firmou um acordo com a Eneva no qual se comprometeu a subscrever parte das novas ações ordinárias a serem emitidas no âmbito de aumento de capital privado da Eneva, mediante a contribuição da totalidade de sua participação acionária detida na PGN no momento da subscrição.

A Cambuhy também firmou o acordo com a Eneva, no qual iria contribuir com a totalidade de sua participação acionária detida na PGN e das debentures conversíveis da 3ª e 4ª emissões de debentures da PGN.

Como consequência da consumação do referido aumento de capital a Eneva poderá passar a deter 100% do capital social da PGN e a OGX deterá participação acionária na Eneva.

A implementação da Transação está sujeita às condições usuais neste tipo de negócio, incluindo aprovação: (i) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; (ii) do Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, em relação à ENEVA e à OGX; e (iii) aprovações societárias aplicáveis.

6. Desempenho Financeiro

As informações a seguir são apresentadas, em milhares de Reais, exceto quando indicado o contrário, de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Recomenda-se a leitura dessas informações juntamente com as demonstrações financeiras da OGX Petróleo e Gás S.A., coligada na qual a Companhia mantém 25,89% de participação.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	YTD Mar/16	YTD Mar/15	Δ (\$)
Despesas administrativas e gerais	(1.244)	(2.990)	1.746
EBITDA da operação	(1.244)	(2.990)	1.746
Ganho efeito da variação de participação em coligada	18.228	-	18.228
Realização de ajustes acumulados de conversão	(14.031)	-	(14.031)
Realização do deságio	-	3.628	(3.628)
Resultado de equivalência patrimonial	(16.987)	(19.551)	2.564
EBIT	(14.034)	(18.913)	4.879
Resultado financeiro líquido	3.351	(10.226)	13.577
EBT	(10.683)	(29.139)	18.456
(+/-) Imposto de renda	-	-	-
Provisão para não recuperação do IRPJ/CSLL	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido - TOTAL	(10.683)	(29.139)	18.456

a) Resultado de equivalência patrimonial:

	<u>R\$ mil</u>
- Resultado da OGX P&G em 31 de março de 2016	(65,357)
- Percentual de participação da OGPar na OGX P&G	25,89%
<u>Equivalência patrimonial sobre o resultado da OGX P&G:</u>	<u>(16.921)</u>
<u>Equivalência patrimonial sobre outras sociedades:</u>	<u>(66)</u>
<u>Total</u>	<u>(16.987)</u>

b) Resultado financeiro:

Foi apurada uma receita de R\$ 3,4 milhões durante o primeiro trimestre de 2016, dos quais aproximadamente R\$ 4,6 milhões referem-se à variação cambial não realizada sobre os mútuos.

7. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes, emitido em 12 de maio de 2016, e com as informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2016.

8. Aderência à câmara de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da Bovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone 55 (21) 3515-9400, Fax 55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e acionistas
Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações contábeis acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Plano de Recuperação judicial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que em 30 de outubro de 2013, a Óleo e Gás Participações S.A., ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial em conjunto com suas controladas, o qual foi deferido em 21 de novembro de 2013. Em 3 de junho de 2014, em assembleia geral, os planos foram aprovados pelos credores, os quais foram homologados pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 13 de junho de 2014. Em abril de 2015, a controlada da Companhia OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial celebrou seu primeiro contrato de *standstill* ("Instrumento Particular de Compromisso de Não Fazer") com os credores detentores das debêntures conversíveis (DIP) e dos créditos de "*incremental facility*" previstos do plano original, onde esses se abstiveram de votar ou tomar qualquer medida para cobrar valores ou executar garantias do DIP ou do *incremental facility* pelo prazo do contrato, que foi na ocasião estendido até 30 de outubro de 2015. As Assembleias Gerais de Debenturistas subsequentes a essa data, sendo a última ocorrida no dia 28 de abril de 2016, têm postergado a deliberação sobre referida matéria. As medidas para a preservação das garantias, e outras condições precedentes para a conversão dessas dívidas em ações, estão descritas na mesma nota explicativa. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato que as informações contábeis intermediárias relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, indicam que o passivo circulante excedia o ativo circulante da Companhia em R\$ 78.663 mil, bem como saldo negativo de patrimônio líquido (passivo a descoberto) ao final do período corrente em R\$ 286.231 mil. Adicionalmente, conforme previsto no plano de recuperação judicial a Administração vem trabalhando para concluir a proposta de incorporação da Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial pela controlada OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial dentro do período compreendido pelo plano de recuperação judicial. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levar dúvida relevante quanto à continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esses assuntos.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	81	59
Outros créditos	6	416	503
Total do ativo circulante		<u>497</u>	<u>562</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	8	10.618	22.767
Créditos com partes relacionadas	9	633	633
Investimentos	7	190	256
Total do ativo não circulante		<u>11.441</u>	<u>23.656</u>
Total do ativo		<u>11.938</u>	<u>24.218</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	1.819	2.153
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	8	11	9
Salários e encargos trabalhistas		66	77
Empréstimos com partes relacionadas	9	77.113	91.091
Outras contas a pagar		151	151
Total do passivo circulante		<u>79.160</u>	<u>93.481</u>
Não circulante			
Provisão para perda de investimentos	7	219.009	302.683
Total do passivo não circulante		<u>219.009</u>	<u>302.683</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	11	8.821.155	8.821.155
Reservas de capital	12	30.362	-
Ajustes acumulados de conversão		(88.430)	(154.466)
Prejuízos acumulados		(9.049.318)	(9.038.635)
Total patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(286.231)</u>	<u>(371.946)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>11.938</u>	<u>24.218</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto pelo prejuízo básico e diluído por ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(1.244)	(2.990)
Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	7	18.228	-
Realização de ajustes acumulados de conversão	7	(14.031)	-
Realização do deságio	7	-	3.628
Resultado de equivalência patrimonial	7	<u>(16.987)</u>	<u>(19.551)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(14.034)	(18.913)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	403	1.036
Despesas financeiras	14	(1.634)	(1.395)
Variação cambial líquida	14	<u>4.582</u>	<u>(9.867)</u>
		3.351	(10.226)
Resultado antes dos tributos		(10.683)	(29.139)
Imposto de renda e contribuição social	8	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo líquido do período		(10.683)	(29.139)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	18	<u>(0,00330)</u>	<u>(0,00900)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
(Prejuízo) do período	(10.683)	(29.139)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	<u>66.036</u>	<u>(57.407)</u>
Total do resultado abrangente	<u>55.353</u>	<u>(86.546)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015		8.821.155	96.552	(5.662)	(8.893.511)	18.534
Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	13	-	(6.322)	-	-	(6.322)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	7	-	-	(57.407)	-	(57.407)
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(29.139)	(29.139)
Saldos em 31 de março de 2015		8.821.155	90.230	(63.069)	(8.922.650)	(74.334)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	(91.397)	-	(91.397)
Compensação de prejuízos acumulados		-	(90.230)	-	90.230	-
Prejuízo líquido do período		-	-	-	(206.215)	(206.215)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		8.821.155	-	(154.466)	(9.038.635)	(371.946)
Ágio na emissão de ações	13	-	30.362	-	-	30.362
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	7	-	-	66.036	-	66.036
Prejuízo líquido do período	7	-	-	-	(10.683)	(10.683)
Saldos em 31 de março de 2016		8.821.155	30.362	(88.430)	(9.049.318)	(286.231)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo do período		(10.683)	(29.139)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial		16.987	19.551
Ganho do efeito na alteração de participação em coligada		(18.228)	-
Realização de ajustes acumulados de conversão		14.031	-
Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	9	(4.671)	9.514
Juros/encargos sobre financiamento	9	1.370	330
Realização de deságio	7	-	(3.628)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(1.194)	(3.372)
Variação nos ativos e passivos			
Outros créditos e partes relacionadas	9	87	262
Impostos de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	8	12.149	3.373
Fornecedores	10	(334)	168
Salários e encargos trabalhistas		(11)	(2.982)
Imposto de renda, contribuição social, participações governamentais e outros tributos a recolher	8	2	(11)
		11.893	810
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		10.699	(2.562)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Captações de empréstimos e financiamentos	9	1.323	4.733
Amortização de principal	9	(12.000)	(2.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos		(10.677)	2.733
Variação no caixa e equivalentes de caixa		22	171
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		59	195
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		81	366
Variação no caixa e equivalentes de caixa		22	171

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Óleo e Gás Participações S.A. - em recuperação judicial (Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2016	31/03/2015
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(976)	(1.074)
Valor adicionado bruto		<u>(976)</u>	<u>(1.074)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>(976)</u>	<u>(1.074)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	7	(16.987)	(19.551)
Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	7	18.228	-
Realização do deságio	7	-	3.628
Realização do ajuste acumulado de conversão		(14.031)	-
Receitas financeiras	14	4.985	1.036
		<u>(7.805)</u>	<u>(14.887)</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>(8.781)</u>	<u>(15.961)</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		199	1.358
Tributos			
Impostos, taxas e contribuições		69	558
Despesas financeiras	14	1.634	11.262
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo líquido do período		(10.683)	(29.139)
Valor adicionado total distribuído		<u>(8.781)</u>	<u>(15.961)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais intermediárias.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

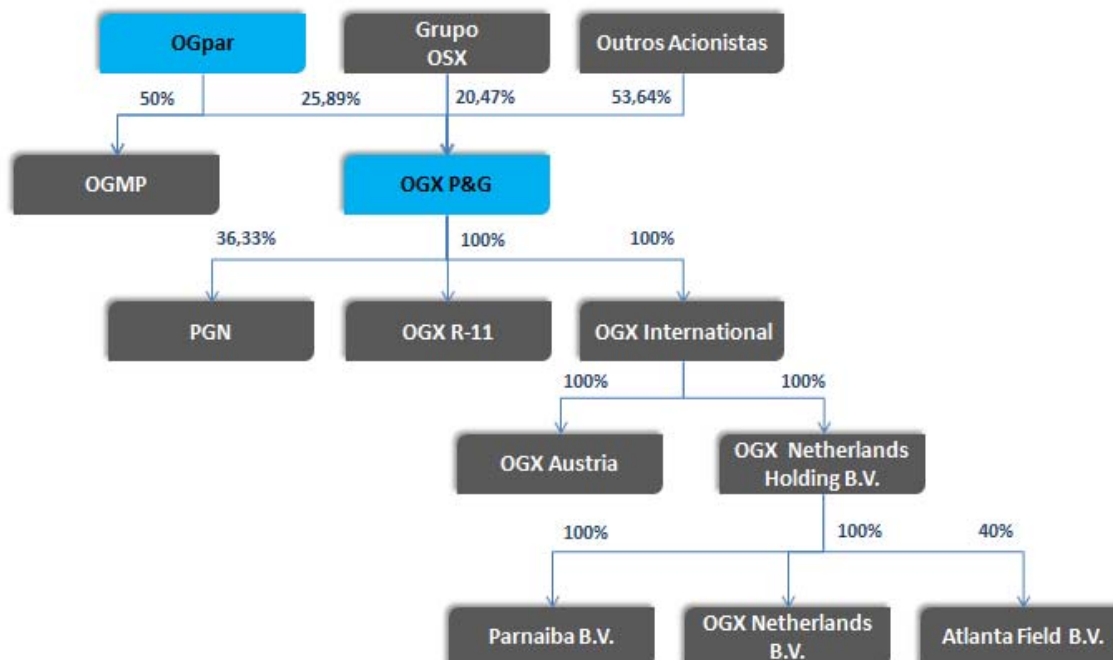
1 Contexto operacional

1.1 Estrutura societária

A Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial (“OGPar” ou “Companhia”) foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007 para OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e posteriormente, em 06 de dezembro de 2013 para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 30 de setembro de 2014, como forma de otimizar os custos operacionais do Grupo OGPar, as participações que a Óleo e Gás Participações S.A. possuía na OGX International e na OGX R-11 foram transferidas para a OGX P&G. Ainda, em 30 de setembro de 2014 todas as condições precedentes necessárias a extinção das dívidas concursais e extraconcursais da OGX P&G através da emissão de instrumentos de patrimônio já haviam sido cumpridas, de forma que a conversão já era mandatória nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. A conversão e consequente diluição da participação da OGPar para 28,57% foi formalizada em 16 de outubro de 2014. Em 30 de março de 2016, o Conselho de Administração da coligada OGX P&G deliberou sobre o aumento do capital social, mediante capitalização de crédito, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da OGX P&G. O aumento de capital foi efetivado mediante emissão privada de 12.531.821 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,38 por ação, sendo R\$ 0,01 por ação, alocado à conta de capital social em vista do patrimônio líquido negativo da Companhia e o restante de R\$ 9,37 por ação alocados à reserva de capital. Embora o trâmite processual para emissão das ações ainda esteja em curso, a Companhia entendeu que a conversão dos instrumentos patrimoniais era devida para 31 de março de 2016. Como consequência da última emissão de ações acima, a OGPar teve novamente sua participação na OGX P&G diluída de 28,57% para 25,89%. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 4 item (i).

Diante ao exposto, em 31 de março de 2016 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial (“OGX P&G”): Constituída, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade em 27 de junho de 2007. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos, bem como quaisquer outras atividades correlatas. A OGX P&G poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades. Em 2 de julho de 2012 foi convertida em sociedade anônima e por conta da mudança do tipo societário a referência a essa companhia foi alterada de “OGX Ltda.” para “OGX P&G”.

Sucursal Colômbia (“OGX Colômbia”): Sucursal da OGX P&G, constituída em 26 de outubro de 2010 para gerir as operações dos blocos exploratórios adquiridos no país.

OGMP Transporte Aéreo Ltda. (“OGMP”): Constituída em 6 de abril de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a aquisição de aeronaves para a prestação de serviços de taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, incluindo-se as operações *offshore*. Poderá ainda participar do capital de outras sociedades. Atualmente não possui nenhum ativo imobilizado. Tem como quotistas a OGPar (50%) e a empresa ligada Eneva S.A. (50%).

Parnaíba Gás Natural S.A. (“PGN”): Constituída em 25 de setembro de 2009, sob a razão social OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda.. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da OGX P&G. Em 29 de dezembro de 2011 foi transformada de sociedade limitada em sociedade por ações. Em 10 de setembro de 2013 a OGPar transferiu as ações que detinha da PGN para a OGX P&G através de um aumento de capital. Em 30 de outubro de 2013

sua razão social foi alterada de OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. para a atual. Em 19 de fevereiro de 2014 a DD Brazil Holdings S.À.R.L. (“E.ON”) e um fundo de investimento gerido pela Cambuhy Investimentos Ltda. (“Cambuhy”) concluíram o investimento na Parnaíba Gás Natural S.A. (“PGN”), por meio de um aumento de capital, conforme previsto no Acordo de Subscrição celebrado em 30 de outubro de 2013, entre a Companhia, E.ON, Cambuhy, Eneva S.A., PGN e outros. Após a conclusão do Aumento de Capital, a OGX Petróleo e Gás S.A., tornou-se detentora de 36,36% do capital social da PGN. A Eneva, a E.ON e a Cambuhy tornaram-se detentoras de 18,18%, 9,09% e 36,37%, respectivamente, do capital social da PGN. No dia 24 de março de 2016 foi celebrado um acordo entre a OGX P&G e a Eneva S.A. (“Acordo de Subscrição OGX”) e um acordo entre Eneva e Cambuhy I Fundo de Investimento em Participações (“Cambuhy”) (“Acordo de Subscrição Cambuhy”) e, em conjunto com o Acordo de Subscrição OGX, “Acordos de Subscrição”. Nos termos do acordo, a OGX P&G comprometeu-se a subscrever parte das novas ações ordinárias a serem emitidas no âmbito de aumento de capital privado da Eneva, mediante a contribuição da totalidade de sua participação acionária detida na Parnaíba Gás Natural S.A. (“PGN”) no momento da subscrição (“Participação OGX”). Por seu turno, de acordo com o disposto no Acordo de Subscrição Cambuhy, a Cambuhy comprometeu-se, sujeito a determinadas condições suspensivas, a subscrever parte das novas ações ordinárias a serem emitidas no âmbito de aumento de capital privado da Eneva, mediante a contribuição (i) da totalidade de sua participação acionária detida na PGN (“Participação Cambuhy”); e (ii) da totalidade das debêntures conversíveis da 3ª e 4ª emissões de debêntures da PGN (“Debêntures” e, em conjunto com a Participação Cambuhy, “Ativos Cambuhy” e, em conjunto com os Participação OGX, “Ativos PGN”). A Eneva, por sua vez, sujeito a determinadas condições suspensivas, promoverá um aumento de capital, para subscrição privada (“Aumento de Capital Privado”), que permita a contribuição dos Ativos PGN pela Cambuhy e pela OGX por um valor estimado de aproximadamente R\$1,15 bilhão, sujeito à aprovação dos respectivos laudos de avaliação pela assembleia geral da Eneva, na forma do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e observado o direito de preferência dos acionistas da Eneva nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O preço de emissão das ações acordado é de R\$0,15 por ação, fixado nos termos do Art. 170, §1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Como consequência da consumação do Aumento de Capital Privado mediante a contribuição dos Ativos Cambuhy ou da totalidade dos Ativos PGN ao capital da Eneva (conforme o caso, a “Transação”), a Eneva poderá passar a deter até 100% do capital social da PGN, tornando-se sua acionista única. Em contrapartida a Cambuhy e a OGX P&G poderão passar a ser acionistas da Eneva.

OGX R-11 Petróleo e Gás S.A. (“OGX R-11”): Constituída em 4 de outubro de 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem o mesmo objeto social da OGX P&G.

OGX International GmbH - Em recuperação judicial (“OGX International”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócio.

OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial (“OGX Austria”): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social todas as atividades relacionadas ao comércio de petróleo, gás natural e todos os demais hidrocarbonetos, incluindo importação, exportação, processamento, transporte e armazenagem. Pode, também, adquirir, manter e alienar participações em outras empresas e celebrar contratos de locação.

OGX Netherlands Holding B.V. (“OGX Netherlands Holding”): Constituída em 23 de julho de 2012, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e

comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, participar no capital de outras sociedades e prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades holandesas.

OGX Netherlands B.V. (“OGX Netherlands”): Constituída em 19 de março de 2010, com sede em The Hague, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, para a OGX P&G, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Parnaíba B.V. (“Parnaíba B.V.”): Constituída em 15 de novembro de 2012, com sede em The Hague, na Holanda, possui o mesmo objeto social que a OGX Netherlands. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento para a PGN, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Atlanta Field B.V. (“Atlanta Field”): Constituída em 02 de novembro de 2012, com sede em Rotterdam, na Holanda. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento de equipamentos a serem utilizados na exploração e produção de petróleo e gás pelo Consórcio formado por OGX P&G, Queiroz Galvão E&P e Barra Energia, para atuação nos campos de Atlanta e Oliva.

1.2 Portfólio da investida OGX P&G

Campos em desenvolvimento e em produção

Em 31 de março de 2016 a coligada OGX P&G possuía participação nos seguintes campos:

Nº	País	Bacia	Bloco	Campo	Operador	% OGX P&G	Fase de produção contratual
1	Brasil	Campos	BMC 41	Tubarão Azul	OGX P&G	100%	09/05/2012 a 09/05/2039 (v)
2	Brasil	Campos	BMC 39 e 40	Tubarão Martelo	OGX P&G	100%	19/04/2012 a 19/04/2039 (vi)
3	Brasil	Santos	BS-4	Atlanta	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2006 a 27/12/2033
4	Brasil	Santos	BS-4	Oliva	Queiroz Galvão E&P	40%	27/12/2006 a 27/12/2033

Concessões exploratórias

Em 31 de março de 2016 a coligada OGX P&G participava das seguintes concessões exploratórias:

Nº	País	Bacia	Bloco	Operador	% OGX P&G	Fase de exploração contratual
1	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-40	Perenco	50%	(i)
2	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-41	Perenco	50%	(i)
3	Brasil	Potiguar	POT-M-475	E ExxonMobil	65%	15/09/2020 (iii)
4	Brasil	Potiguar	POT-M-762	E ExxonMobil	50%	28/08/2020 (ii)
6	Brasil	Ceará	CE-M-603	E ExxonMobil	50%	28/08/2020 (iii)
7	Colômbia	Cesar Rancheria	CR-2	OGX P&G	30%	(iv)
8	Colômbia	Cesar Rancheria	CR-3	OGX P&G	30%	(iv)
9	Colômbia	Cesar Rancheria	CR-4	OGX P&G	30%	(iv)

(i) O operador apresentou proposta revisada do Plano de Avaliação da Descoberta do BM-ES-40 e do BM-ES-41

(ii) Data do fim do segundo período exploratório.

- (iii) Data do fim do segundo período exploratório. No dia 11 de setembro de 2015, a Companhia assinou contrato de cessão dessas áreas para a Azibras Exploração de Petróleo e Gás Ltda., sujeito a condições precedentes, inclusive, mas não limitado, a aprovação da ANP. Pelo referido acordo, a Companhia terá os custos com *cash calls* em aberto e posteriormente emitidos pelo operador, liquidados pelo comprador e receberá R\$ 300 mil à título de remuneração pela cessão da participação em ambas as concessões exploratórias.
- (iv) Em dezembro de 2014 a Agência Nacional de Hidrocarburos ("ANH") aprovou a venda de 100% dos blocos localizados nas bacias do Vale Inferior Magdalena ("VIM-5" e "VIM-19") e de 100% dos direitos econômicos dos blocos localizados nas bacias de Cesar Rancheria ("CR-2", "CR-3" e "CR-4"). A venda dos blocos CR-2, CR-3 e CR-4 prevê transferência inicial de 70% da participação nos blocos para o comprador, permanecendo a OGX provisoriamente como operadora e detentora de 30% do ativo, até o final do período exploratório.
- (v) Em processo de abandono definitivo. Conforme fato relevante no dia 22 de janeiro de 2016 foi concluída a desmobilização do navio de produção FPSO OSX-1 que operava no campo.
- (vi) No dia 19 de janeiro de 2016 a Companhia protocolou a solicitação da interrupção temporária da produção do Campo de Tubarão Martelo ("Campo TBMT") junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"). A suspensão temporária da produção do Campo TBMT foi solicitada baseada, principalmente (a) nas atuais adversidades do setor de petróleo e gás, tais como o cenário de quedas no preço do Brent no mercado internacional; (b) a estimativa inicial de elevada produtividade dos poços que, posteriormente, mostrou-se incompatível com o potencial efetivo do campo; e (c) elevados custos operacionais de *leasing* do FPSO OSX-3.

1.3 Devolução de áreas da OGX P&G

Em 3 de fevereiro de 2015 a Companhia encaminhou a ANP um ofício para notificar a devolução do campo de Rêmora, na bacia de Campos, no bloco BMC 40. A devolução desse campo, cujo CAPEX já estava provisionado para perda, não afeta o business plan da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração no início de 2015, o qual não considerava eventuais receitas, despesas e outros gastos de Rêmora. No dia 19 de outubro de 2015, a Diretoria Colegiada da ANP aprovou a devolução do Campo de Rêmora.

Em 1º de abril de 2015 a Companhia informou à ANP a devolução dos cinco blocos exploratórios operados na Bacia Pará-Maranhão, pois a atividade exploratória nesses blocos foi inviabilizada pela indefinição quanto ao licenciamento ambiental das áreas. Em 27 de Maio de 2015, a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – ANP, aprovou a devolução dos blocos Pará Maranhão - PAMA–M-407, PAMA –M-408 PAMA –M-443 PAMA –M-591, PAMA –M-624, porém o compromisso firmado para o cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM) relativo aos blocos PAMA –M-591 e PAMA –M-624 permanece vigente, até que a ANP confirme a inviabilidade do cumprimento das obrigações do PEM.

1.4 Recuperação Judicial

I. Processo de recuperação judicial do Grupo OGX

Em 30 de outubro de 2013 a Óleo e Gás Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("OGPar"), em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, dos prejuízos já acumulados, bem como do vencimento recente e vindouro de grande parte de seu endividamento, ajuizou, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação" - Processo nº 0377620-56.2013.8.19.0001), em conjunto com suas controladas, OGX Petróleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial (OGX P&G), OGX International GmbH - Em Recuperação Judicial e OGX Austria GmbH - Em Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05 ("LFR"), em medida de urgência, mediante deliberação de seu Conselho de Administração em 30 de outubro de 2013 ("Recuperação Judicial").

A administração da OGPar e suas coligadas até aquele momento entendeu que, diante dos desafios decorrentes de sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para a preservação da continuidade de seu negócio e proteção dos interesses da OGPar e de seus *stakeholders*.

Em 21 de novembro de 2013, o Juízo da Recuperação proferiu decisão (i) deferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação às empresas OGPar e OGX P&G, bem como (ii) indeferindo o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX International e OGX Austria, por entender que não teria jurisdição sobre as referidas companhias. Contra a referida decisão foi interposto o Agravo de Instrumento nº 0064658-77.2013.8.19.0000, ao qual foi dado provimento em 19 de fevereiro de 2014, por decisão unânime. Em 23 de julho de 2014, foi negado provimento aos embargos de declaração opostos pelo Ministério Público contra o referido acórdão. O recurso especial interposto pelo Ministério Público contra esse acórdão foi inadmitido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por decisão publicada em 02 de julho de 2015 e ainda não transitada em julgado.

Em 14 de fevereiro de 2014, as companhias apresentaram, individualmente, seus respectivos planos de recuperação judicial (“Plano”) com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de viabilidade econômica; e laudos econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das companhias. As companhias apresentaram, ainda, a relação dos credores que estão sendo pagos nos termos e condições indicados no Plano. O edital contendo a relação de credores foi publicado em 06 de março de 2014 e os interessados apresentaram ao administrador judicial (“Deloitte”) suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados. O Plano foi aprovado pelos respectivos credores das companhias nas assembleias gerais realizadas em 3 de junho de 2014, sendo homologado pelo Juízo da Recuperação, conforme decisão publicada no Diário Oficial de Justiça em 26 de junho de 2014 (“Decisão Homologatória”).

II. Plano de recuperação do Grupo OGX

Em resumo, o Plano do Grupo OGX prevê os seguintes meios de recuperação: (i) a obtenção de novos financiamentos; (ii) a alienação de ativos; (iii) o redimensionamento das operações; (iv) o pagamento em dinheiro de parte das dívidas; (v) conversão de parte das dívidas em capital social da OGX P&G; e (vi) reorganização societária do Grupo OGX.

O Grupo OGX obteve a captação dos seguintes financiamentos na forma dos artigos 66 e 67 da LFR, em ordem cronológica:

i. Empréstimos Ponte

Empréstimos de curtíssimo prazo contraídos pela OGPar nos valores de US\$ 15 milhões e US\$ 50 milhões, utilizados para recomposição do capital de giro da OGX e quitação de obrigações junto ao Consórcio BS-4;

ii. Empréstimo DIP

Concedido por credores e alguns novos financiadores, mediante a subscrição de debêntures, no montante total de US\$ 215 milhões, as quais serão convertidas em capital, na hipótese de preenchimento de determinadas condições precedentes, fazendo com que esses credores e novos financiadores se tornem acionistas da OGX (“Empréstimo DIP”); e

iii. *Empréstimo Adicional*

No valor de aproximadamente US\$ 73 milhões, cuja principal destinação foi viabilizar a quitação de *cash calls* em aberto junto ao Consórcio BS-4, tendo em vista da importância deste ativo para a OGX.

a. *Detalhamento do Empréstimo DIP*

- **Forma:** A OGX P&G emitiu debêntures conversíveis no valor total de US\$ 215 milhões (“Debêntures”). As Debêntures foram emitidas em 3 séries, a saber:
 - i. **Debêntures 1ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor total de US\$ 125 milhões;
 - ii. **Debêntures 2ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor total de US\$ 82,5 milhões;
 - iii. **Debêntures 3ª Série:** emitidas, subscritas e integralizadas pelo valor de US\$ 7,5 milhões.
- **Destinação:** Os recursos obtidos por meio do Empréstimo DIP foram destinados ao pagamento de obrigações extraconcurais, financiamento de determinados investimentos em capital e despesas operacionais para manutenção das atividades da OGX P&G, bem como para o pagamento de despesas relacionadas ao processo de Recuperação Judicial.
- **Garantias:**
 - ✓ Alienação fiduciária sobre o petróleo e gás de titularidade da OGX P&G em qualquer dos seguintes campos de produção, respeitadas as participações da OGX P&G em cada um desses campos de produção: (a) Bloco BS-4; (b) Tubarão Martelo; e (c) Blocos POT-M-762, CE-M-661, POT-M-475 e CE-M-603;
 - ✓ Cessão fiduciária de: (a) todos os direitos creditórios oriundos da comercialização de petróleo e gás de titularidade da OGX, (b) dos direitos de crédito detidos pela OGX P&G frente à Parnaíba Gás Natural oriundos do *Shared Costs Agreement Termination and Release*, celebrado entre a OGX P&G, a Parnaíba Gás Natural e Eneva S.A., em 30 de outubro de 2013, bem como das notas promissórias emitidas pela Parnaíba Gás Natural em favor da OGX P&G relacionadas ao *Shared Costs Agreement Termination and Release*; e (c) da conta vinculada na qual será depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;
 - ✓ Cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios detidos pela OGX P&G contra a União fundados no direito de reembolso pelo recolhimento a maior de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, e (b) da conta vinculada na qual serão depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;
 - ✓ Penhor sobre os direitos emergentes da participação da OGX P&G nos contratos relacionados à concessão sobre BS-4;
 - ✓ Cessão fiduciária de, entre outros, (a) direitos de crédito detidos pela OGX contra a Cambuhy decorrentes do Contrato de Compra e Venda, (b) direitos creditórios da OGPar decorrentes de eventual subrogação nos direitos dos respectivos credores do “Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória, Em Série Única, da Parnaíba”; “Contrato de Empréstimo (Credit Agreement)”, celebrado entre Parnaíba Gás Natural, OGPar, MPX Energia S.A. e Morgan Stanley Bank, N.A.; e do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”, celebrado entre OGPar, MPX Energia S.A., Planner Trustee

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Parnaíba Gás Natural, (c) das contas vinculadas nas quais serão depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;

- ✓ Cessão fiduciária de direitos de crédito detidos pela OGX P&G e pela OGPar oriundos de: (a) contratos de seguro; (b) litígios judiciais e extrajudiciais (inclusive na hipótese de início de litígio contra Brasil E&P Ltda.); (c) contratos e outros instrumentos; (d) quaisquer outros direitos de crédito que não sejam objeto de outra garantia específica, e (e) cessão fiduciária sobre as contas vinculadas nas quais serão depositados os recursos decorrentes dos direitos creditórios acima mencionados;
- ✓ Alienação fiduciária sobre ativos de titularidade de Parnaíba B.V.;
- ✓ Cessão fiduciária sobre: (a) todos e quaisquer direitos creditórios de titularidade da OGX P&G oriundos da integralização da primeira série de Debêntures sob o Instrumento de Crédito, que serão depositados em conta corrente vinculada da OGX e (b) sobre a referida conta;
- ✓ Penhor sobre a totalidade das ações de emissão da Parnaíba B.V.;
- ✓ Penhor de direitos de crédito detidos pela OGX Netherlands contra a MPX Energia GmbH decorrentes da alienação das ações de emissão da Parnaíba B.V.;
- ✓ Penhor de direitos de crédito detidos pela OGX Netherlands contra a Parnaíba B.V.;
- ✓ Penhor de recebíveis, direitos de venda e outros direitos relacionados a contrato de exportação da OGX P&G e dos Garantidores;
- ✓ Alienação fiduciária de ações da OGX P&G e OGPar, a ser constituída entre as partes após aprovação do Plano de Recuperação;
- ✓ Penhor sobre os direitos emergentes da participação da OGX P&G nos contratos de concessão relativos aos contratos de concessão BM-C-39 e BM-C-40 de Tubarão Martelo e aos contratos de concessão da 11ª Rodada a ser constituído entre as partes após aprovação do Plano de Recuperação; e
- ✓ Penhor sobre ações de emissão da OGX International, OGX Austria, OGX Netherlands B.V. e OGX Netherlands Holding B.V., a ser constituído após aprovação do Plano de Recuperação.
- **Conversão em capital:** As Debêntures serão convertidas automaticamente em ações, após o cumprimento ou dispensa expressa das condições precedentes indicadas na respectiva escritura de emissão de debêntures e no contrato de subscrição (“Aumento de Capital Mediante Conversão das Debêntures”).

b. Reestruturação das dívidas concursais e extraconcursais que expressamente aderirem ao Plano

Forma

Os Planos de Recuperação Judicial previram a reestruturação das dívidas concursais e extraconcursais aderentes através da conversão dos créditos em capital da OGX P&G (“Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos”).

Os credores quirografários da OGPar serão pagos em 48 parcelas fixas, iguais e mensais, com o primeiro pagamento ocorrendo no dia 30 de janeiro de 2015, e os demais pagamentos no dia 30 de cada mês, até 30 de dezembro de 2018. Os credores fornecedores da OGX P&G optaram ou não pelo recebimento de uma quantia em dinheiro correspondente a até R\$ R\$ 30 mil, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo que o referido valor foi pago em 3 parcelas fixas e mensais, com pagamentos no dia 30 de janeiro de 2015, 28 de fevereiro de 2015 e 30 de março de 2015. Eventual saldo do crédito foi convertido em capital social da OGX P&G.

Por fim, os credores financeiros da OGPar e da OGX P&G, incluindo, mas não se limitando, aos créditos concursais detidos pelos Bondholders relativos aos Bonds 2018 e aos Bonds 2022, bem como os créditos detidos pelo Grupo OSX, seriam integralmente pagos mediante conversão dos créditos em capital da OGX P&G, desde que preenchidas determinadas condições precedentes, elencadas nos Planos.

Essa conversão dos créditos concursais e extraconcursais aderentes ocorreu em 16 de outubro de 2014. Vide item G - Status da implementação dos meios de recuperação a seguir.

Até o presente momento, o Grupo OGX não possui qualquer credor trabalhista sujeito à recuperação judicial. Na hipótese de serem reconhecidos créditos trabalhistas, por decisão judicial ou acordo entre as partes, os referidos créditos trabalhistas serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas.

Até o presente momento, o Grupo OGX não possui qualquer credor com garantia real. Na hipótese de serem reconhecidos créditos com garantia real, por decisão judicial, arbitral ou acordo entre as partes, os referidos credores terão o mesmo tratamento dado aos créditos quirografários.

Os créditos detidos por partes relacionadas controladas direta ou indiretamente pela OGPar são novados pelo Plano e serão pagos em parcela única de principal devida e exigível em 20 (vinte) anos contados da data de aprovação do Plano, ou em 30 de julho de 2034, o que ocorrer por último. Adicionalmente, a OGX Áustria reconhece ser devedora da OGX P&G por força da subrogação operada em favor da OGX P&G em decorrência da entrega de ações em pagamento dos créditos concursais dos Bondholders, conforme implementação do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Crédito.

Valor do aumento de capital, preço unitário das ações e direito de preferência

O valor do aumento de capital corresponde ao valor da totalidade dos créditos concursais indicado na lista de credores, acrescido da totalidade dos créditos extraconcursais que aderirem ao Plano. Na hipótese de majoração na quantidade de créditos decorrente de decisão judicial transitada em julgado, a OGX P&G deverá emitir tantas ações ordinárias quanto necessário para permitir a capitalização dos novos créditos. O preço unitário das ações foi calculado de forma que os credores concursais e extraconcursais que aderiram ao Plano ficaram conjuntamente com participação equivalente a 71,43% das ações. Após a conversão das Debêntures de 1ª, 2ª e 3ª série em capital da OGX e da incorporação da OGPar pela OGX P&G (vide seção “Incorporação e OGX Reestruturada” a seguir), a participação final conjunta dos credores será de 25% das ações de emissão da OGX Reestruturada. O Aumento de Capital Mediante a Capitalização de Créditos ocorreu de forma privada, conferindo, portanto, aos acionistas da OGX direito de preferência. Os acionistas da OGX P&G renunciaram a esse direito, permitindo que a totalidade dos créditos fosse capitalizada em ações.

c. Reestruturação Societária (Incorporação e OGX Reestruturada)

Após a realização e implementação (i) do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Crédito; e (ii) do Aumento de Capital Mediante Conversão das Debêntures, as administrações da OGPar e da OGX P&G obrigam-se a adotar os atos necessários para a incorporação da OGPar pela OGX (“Incorporação”), inclusive o de propor aos respectivos acionistas a Incorporação. A Incorporação resultará uma companhia aberta com ações negociadas no segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“OGX Reestruturada”).

A relação de troca a ser proposta aos acionistas de OGPar e OGX P&G para a Incorporação será aquela que resulte na seguinte estrutura societária final da OGX Reestruturada imediatamente após a implementação da Incorporação:

Acionistas	Participação na OGX Reestruturada
Eike Batista	1 ação
EBX	5,02%
Outros Acionistas da OGpar (na data da convocação da AGE de Incorporação)	4,98%
Novos Financiadores da 1ª Série de Debêntures	41,98%
Novos Financiadores da 2ª e 3ª Série de Debêntures	23,02%
Credores Concursais ou Extraconcursais (que aderirem ao Plano)	25,00%

O objetivo da incorporação, após realizadas as operações de capitalização previstas no Plano, é nivelar todos os *stakeholders* em uma mesma companhia e conferir a todos os então acionistas acesso ao mercado de capitais, com a possibilidade de negociarem suas ações e monetizá-las conforme entenderem adequado, bem como participar de eventual valorização do ativo, se for o caso.

Bônus de subscrição

Como vantagem adicional à subscrição das novas ações da OGX P&G a serem emitidas como resultado da incorporação, os acionistas da OGpar, receberão bônus de subscrição da OGX Reestruturada com as seguintes condições: (i) prazo de exercício de 5 anos; (ii) um número de ações ordinárias a serem subscritas que representem 15% do capital social total da OGX Reestruturada, considerando um preço de emissão baseado no valor de avaliação da Companhia Reestruturada de US\$ 1,5 bilhão.

d. Condições resolutivas do Plano

São condições resolutivas que podem acarretar o cancelamento da aprovação do Plano e imediata convocação de nova assembleia de credores para deliberar a respeito de uma alternativa ao Plano ou a falência da OGPar: (i) a constatação, até que ocorra o Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos, de qualquer falsidade ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela OGPar no Plano; (ii) o descumprimento pelos acionistas diretos e indiretos da OGPar de qualquer obrigação assumida no Plano ou a prática de qualquer ato ou medida incompatível com as disposições do Plano; (iii) a não verificação das condições precedentes para a ocorrência do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos em até 120 dias contados da homologação do Plano ou até 30 de setembro de 2014, o que ocorrer primeiro (condição esta dispensada em assembleia geral de credores realizada em 29 de setembro de 2014); (iv) a não realização de assembleia geral extraordinária e demais atos

de implementação do Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos em até 140 dias da homologação do Plano ou até 20 de outubro de 2014, o que acontecer primeiro; (v) a não adesão ao Plano dos credores extraconcursais que sejam partes relacionadas, em especial as empresas do Grupo OSX; e/ou (vi) a não aprovação do Plano pela assembleia geral de credores, nos termos da Lei de Falências.

e. Recursos pendentes de julgamento

Não obstante tenha sido interposto recurso especial contra a decisão que admitiu o processamento da Recuperação Judicial em relação à OGX International e OGX Austria, a Administração da Companhia, apoiada por seus consultores jurídicos externos, acredita que o resultado de referido recurso não afetará de forma material a implementação dos meios de recuperação previstos no Plano. Além disso, contra a Decisão Homologatória foram interpostos os Agravos de Instrumento n^{os} 0032962-86.2014.8.19.0000, 0033122-14.2014.8.19.0000, 0033135-13.2014.8.19.0000 e 0039682-69.2014.8.19.0000. Em 3 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou parcialmente procedente os Agravos de Instrumento interpostos contra a Decisão Homologatória única e exclusivamente para (i) declarar nula a cláusula no Plano que dispõe sobre a irresponsabilidade do comissário por eventual prejuízo decorrente da venda de ações, a ele outorgada pelos credores concursais e/ou credores extraconcursais, (ii) estender a ineficácia da cláusula que versa sobre o Contrato de Opção de Compra (*Put Option*) também aos credores que se abstiveram de votar ou que não compareceram às assembleias gerais de credores que deliberaram sobre os Planos. Esses quatro recursos ainda se encontram sob a apreciação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em razão de terem sido interpostos recursos especiais pelos respectivos recorrentes, os quais foram inadmitidos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando atualmente em curso o prazo para que os interessados apresentem novos recursos contra as decisões de inadmissão, para acesso ao Superior Tribunal de Justiça, e respondam aos recursos dos demais. A Administração da Companhia, novamente apoiada por seus consultores jurídicos externos, acredita que os resultados destes recursos não afetarão de forma material a implementação dos meios de recuperação previstos no Plano.

f. Status da implementação dos meios de recuperação

Em 1^o de setembro de 2014, foi concluída a subscrição e o aporte das Debêntures 2^a Série do Empréstimo DIP. O prazo para subscrição e aporte das Debêntures 3^a Série do Empréstimo DIP, cuja conclusão, de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, estava prevista para 29 de agosto de 2014, foi suspenso por decisão do Juízo da Recuperação proferida na referida data, em virtude da apresentação de petição por determinados credores que embora tenham manifestado interesse em participar do Empréstimo DIP não se qualificaram, na visão da Companhia, para a subscrição das Debêntures 3^a Série, de acordo com os requisitos do Plano. Na referida petição, esses credores se limitaram a pleitear a sua participação na 3^a Série do Empréstimo DIP, não havendo, portanto, qualquer prejuízo ou efeito para os credores que já subscreveram e integralizaram as Debêntures 3^a Série do Empréstimo DIP.

Em 18 de setembro de 2014, foi concedido o Registro de Emissor - Categoria A à OGX P&G pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Em 16 de outubro de 2014, foi aprovado, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da OGX P&G, o Aumento de Capital Mediante Capitalização de Créditos, no valor total de R\$ 862.559,86 (oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos), com o valor de R\$ 13.800.108.189,66 (treze bilhões, oitocentos milhões, cento e oito mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e seis

centavos) atribuído à reserva de capital, perfazendo uma capitalização total de R\$ 13.800.970.749,52 (treze bilhões, oitocentos milhões, novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), tendo sido emitidas 86.255.986 (oitenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da OGX P&G, ao preço por ação de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), as quais foram distribuídas aos credores detentores dos Créditos, proporcionalmente ao valor de seus respectivos Créditos. A capitalização dos créditos concursais e extraconcursais foi implementada nessa mesma data. Não obstante, a AGE formalizando a extinção das dívidas através da emissão de instrumentos de patrimônio ter ocorrido em 16 de outubro de 2014, em 30 de setembro de 2014, todas as condições precedentes para a extinção das dívidas em questão já haviam sido cumpridas de forma que a conversão era mandatária nos termos dos planos de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologados pelo Juízo. Dessa forma, em 30 de setembro de 2014 a Companhia não tinha mais obrigação de liquidar os referidos passivos através da entrega de caixa ou outros ativos e por conta disso, no terceiro trimestre de 2014, eliminou essas dívidas de suas demonstrações financeiras em contrapartida de registros no capital, na reserva de capital e no resultado do exercício. Vide Nota Explicativa nº 35.

Em abril de 2015 a Companhia celebrou um Contrato de Suporte e Standstill com certos credores anuentes, que detém a maioria das debêntures conversíveis (DIP) e dos créditos decorrentes do *incremental facility* de US\$ 73 milhões. Esse contrato determina que, sujeito à satisfação das condições ali estabelecidas, durante o período de *standstill*, os credores anuentes se absterão de votar ou tomar qualquer medida para cobrar valores ou executar quaisquer garantias do DIP ou do *incremental facility*. O período de *standstill*, exceto se vencido antecipadamente, permaneceria em vigor até a conversão do DIP ou 15 de agosto de 2015, o que ocorresse primeiro. Em 14 de agosto de 2015, não havendo as condições estabelecidas para a conversão do DIP e/ou pagamento do *incremental facility*, por meio de Primeiro Aditamento ao Contrato de Suporte e Standstill, tal contrato foi prorrogado para o dia 30 de outubro de 2015. Tendo em vista que as condições e exigências não foram supridas até o dia 30 de outubro de 2015, foi convocada Assembleia Geral de Debenturistas para o dia 13 de novembro de 2015. A maioria dos debenturistas decidiu pela suspensão da referida Assembleia e reabertura para 25 de novembro de 2015, tendo em vista as negociações em curso acerca da venda das ações da Parnaíba Gás Natural detidas pela Companhia. No dia 28 de abril de 2016 a maioria dos debenturistas presentes na Assembleia Geral dos titulares das debêntures conversíveis em ações não manifestaram objeção à proposta de encerramento da referida Assembleia, sem deliberação acerca da prorrogação do prazo do "Instrumento Particular de Compromisso de Não Fazer", celebrado em 14 de maio de 2015, entre a OGX, a OGPar e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário. A execução das garantias não encontra-se sob controle da Companhia, mas sim com os titulares dessas debêntures. A Administração da Companhia entende que a execução dessas garantias não afeta o pressuposto de continuidade operacional, uma vez que o valor recuperável dos ativos existentes são suficientes para cobrir as obrigações com os debenturistas. A fim de incentivar os credores anuentes a celebrar o contrato, o Grupo OGX tomará medidas para preservar o valor das garantias, incluindo a participação da OGX P&G no BS-4, e a sua participação acionária na Parnaíba Gás Natural S.A.. Como parte do contrato de suporte e *standstill*, os credores anuentes no âmbito do DIP concordaram que, sujeito à verificação de determinadas condições precedentes, aprovarão um acordo com a OGX P&G para a conversão do DIP em ações ordinárias da OGX P&G sob os mesmos termos e condições previstas originalmente no DIP. Tais condições precedentes incluem, dentre outras, a celebração de contratos aceitáveis para a rescisão do afretamento, operação e manutenção relacionados ao FPSO OSX-3 e FPSO OSX-1

e os custos relacionados ao abandono dos campos de Tubarão Martelo e Tubarão Azul respectivamente; o pagamento ou refinanciamento do *incremental facility*.

Destaca-se, ainda, que periodicamente a administração presta as informações requeridas pelo administrador judicial.

1.5 Situação financeira de curto prazo

Apesar do *business plan* da investida OGX P&G utilizar as melhores expectativas da administração, o mesmo está sujeito a incertezas diversas, com destaque para as financeiras (custos e despesas estimados, preço do petróleo previsto, taxa de câmbio, etc), as operacionais (eficiência dos equipamentos e equipe de produção), as regulatórias (ex. ANP, IBAMA, legislação tributária, etc), as negociais (sucesso na alienação de ativos e rolagem, conversão ou renegociação de dívidas) e as geológicas (volume e comportamento dos reservatórios). Diante dessas incertezas significativas a geração de resultados reflexa do desempenho da investida OGX P&G e a posição de caixa podem variar significativamente em relação ao projetado.

A readequação da estrutura financeira e patrimonial da Companhia depende do êxito do plano de recuperação judicial, bem como das ações da administração para gestão do fluxo de caixa operacional no curto prazo. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levar dúvida relevante quanto à continuidade operacional da Companhia. As informações trimestrais não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas envolvidas.

As administrações da OGPar e OGX P&G obrigam-se a adotar os atos necessários para a incorporação da OGPar pela OGX (“Incorporação Reversa”), após realizadas as operações de capitalização previstas no Plano de Recuperação Judicial (nota explicativa 1.4). O objetivo da incorporação é nivelar todos os *stakeholders* em uma mesma companhia e conferir a todos os então acionistas, acesso ao mercado de capitais, com a possibilidade de negociarem suas ações e monetizá-las conforme entenderem adequado, bem como participar de eventual valorização do ativo, se for o caso.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As presentes informações trimestrais foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A Companhia apresenta as informações trimestrais individuais de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consolidadas de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB – International Accounting Standards Board, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b. Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

c. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas informações trimestrais são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das informações de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- Notas Explicativas nº 1 - Aprovação do Plano de recuperação judicial.
- Nota Explicativa nº 12 - Plano de opção de compra de ações - premissas de cálculo do *fair value*.
- Nota Explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros - premissas de cálculo do *fair value*.

e. *Demonstrações financeiras OGX P&G:*

Dada a relevância da coligada OGX P&G nos resultados e posição patrimonial da OGpar, a administração da Companhia sugere a leitura conjunta das informações trimestrais das duas Companhias.

f. *Aprovação das demonstrações financeiras*

As informações trimestrais de 31 de março de 2016 foram apreciadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 12 de maio de 2016;

3 *Resumo das principais práticas contábeis*

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais

a. *Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. *Instrumentos financeiros*

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mantidos para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros

Classificação

Empréstimos e recebíveis

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de *hedge accounting*, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

A Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado ao final do período.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas coligadas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos e financiamentos a pagar.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de cada transação. Nas datas de fechamento, ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio do fechamento e os ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos, nas datas de fechamento, com base nas taxas de câmbio das datas das transações e, portanto, não geram variações cambiais. Nos casos de coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da Companhia, converte-se (*translation*), para fins de aplicação do método de equivalência patrimonial, seus ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido pela taxa histórica e o resultado pela taxa de câmbio média mensal. A diferença gerada pelas conversões a taxa distintas é reconhecida no patrimônio líquido, em “outros resultados abrangentes”, como ajustes acumulados de conversão (*CTA*) e reconhecida na demonstração do resultado quando esses investimentos são alienados, no todo ou parcialmente. As coligadas no exterior definiram como sua moeda funcional o Dólar Norte-Americano. As coligadas no país utilizam o Real como moeda funcional.

d. Investimentos

São registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Empresas controladas em conjunto, também, são registradas pelo método da equivalência patrimonial. As informações contábeis das coligadas são registradas nas demonstrações financeiras através do método da equivalência patrimonial, quando aplicável.

No caso de investimentos em coligadas, ou controladas em conjunto, com patrimônio líquido (passivo a descoberto), esses são apresentados no passivo não circulante. A Administração da Companhia entende não haver diferença entre a prática contábil adotada no Brasil e as IFRS uma vez que a Companhia atua como solidária a dívida de suas coligadas que possuem passivo a descoberto.

Perda de controle

Caso ocorra um aumento de capital em alguma das investidas diretas ou indiretas da OGPar e esse aumento não seja acompanhado por todos os acionistas de forma a manter-se os percentuais de participação no capital, o aumento gera um ganho ou uma perda contábil associado a variação da participação nas outras contas de patrimônio. Caso o aumento de capital gere perda de controle, esse ganho ou perda é reconhecido no resultado do período. Adicionalmente, a participação mantida é mensurada a valor justo. Nos períodos subsequentes volta-se a aplicar a equivalência patrimonial. Não houve perda de controle no exercício corrente.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por ano, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

f. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do período, atribuível aos acionistas controladores, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo período, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

g. Benefícios a empregados e administradores

Obrigações de Curto Prazo

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são registradas como despesas ou parte do custo do imobilizado, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido, pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas coligadas têm uma obrigação formalizada de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Pagamentos baseados em ações

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, a coligada OGX P&G possui dois planos de pagamento baseados em ações: Esses planos são contabilizados conforme descrito a seguir:

- Demonstrações financeiras das entidades beneficiadas pelo serviço prestado pelos outorgados: as opções são reconhecidas, pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado (“despesas administrativas e gerais”) e a crédito no patrimônio líquido (“reserva de capital”).
- Demonstrações financeiras da OGPar: o reflexo do lançamento original nas entidades beneficiadas é feito a débito no resultado de equivalência patrimonial e a crédito no patrimônio líquido (“reserva de capital”) da OGPar.

Todas as transações com pagamentos baseados em ações são classificadas como liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais (*equity settled*). A Companhia e suas coligadas não possuem opções de compra de ações liquidáveis em caixa.

Valor justo e apropriação

O valor justo das opções de ações é calculado, utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, individualmente para cada beneficiário, na data de outorga e é reconhecido de forma *pro-rata*, ao longo do período em que os beneficiários adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios (*vesting period*). A metodologia de cálculo do montante acumulado a ser reconhecido no patrimônio líquido pode ser expressa através da fórmula a seguir:

$$\text{Saldo acumulado a ser reconhecido} = \sum (\text{VJ unit} \times Q \times n/t)$$

VJ unit = valor justo unitário da opção de compra, determinado na data da outorga pelo modelo de *Black & Scholes*.

Q = quantidade de opções de compra outorgada.

n = número de meses incorridos desde a outorga, e limitado a t.

t = período aquisitivo, expresso em meses.

Opções anuladas (forfeiture)

Quando do não cumprimento da condição de aquisição, que nos casos de ambos os planos existentes, resume-se ao outorgado permanecer na Companhia e em suas coligadas por um pré-definido período de tempo (*vesting period*), a despesa previamente reconhecida, associada à parcela dos *vestings* futuros, é estornada a crédito de resultado e débito de reserva de capital.

Opções canceladas

Quando opções de ações são canceladas por parte da Companhia ou suas coligadas o pro rata futuro é reconhecido imediatamente no resultado do período.

Exercício das opções

Quando do exercício das opções por parte dos beneficiários, os respectivos valores justos acumulados na Reserva de Capital são reclassificados para a Reserva de Lucros.

Ganho mínimo garantido

Alguns planos de opção de compras de ações possuem cláusulas de garantia nas quais as coligadas da Companhia asseguram ao Outorgado um ganho mínimo no último aniversário do contrato. Caso o outorgado não obtenha esse ganho mínimo através do exercício das opções a Companhia complementa a diferença através de um desembolso de caixa. Para ter direito à totalidade do ganho mínimo contratual os outorgados devem permanecer no Grupo OGPAr até cumprirem todo o período de aquisição (*vesting period*), o qual é equivalente ao período de aquisição das opções de ações. Se forem desligados antes de cumprirem o período de aquisição os outorgados terão direito apenas a uma parcela do ganho mínimo total. Essa parcela é estabelecida individualmente e aumenta progressivamente até atingir, ao final do período de aquisição, 100% do ganho mínimo. Dessa forma, o reconhecimento dessas garantias, quando aplicável, é feito à medida em que os serviços são prestados pelos empregados, e ocorre de forma similar a uma transação com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa:

- Demonstrações financeiras das entidades beneficiadas: as garantias são reconhecidas, a valor justo, a débito na demonstração do resultado (“despesas administrativas e gerais”) e a crédito de passivo.
- Demonstrações financeiras da OGPAr: o reflexo do lançamento original nas demonstrações financeiras das controladas é a débito no resultado de equivalência patrimonial e a crédito de investimento.

O valor justo das garantias é remensurado ao término de cada período de divulgação e na data da liquidação, sendo que quaisquer mudanças no valor justo devem ser reconhecidas no resultado do período. A fórmula utilizada pela Companhia para apurar esse valor justo está apresentada a seguir:

$$\text{GMCont} = \text{GM} - (\text{GR} + \text{GE})$$

GMCont = ganho mínimo a ser contabilizado como um passivo.

GM = Parcela do ganho mínimo já assegurada pelo cumprimento de parte do período aquisitivo, atualizada por índice de inflação (IPCA) até a data-base.

GR = Ganho já realizado pelo outorgado, apurado pela seguinte fórmula:

$$\text{GR} = \sum [(\text{PV} - \text{PE}) * \text{QV}], \text{ onde:}$$

- PE = preço de exercício contratualmente estabelecido.
- PV = preço de venda obtido pelo outorgado ao realizar parcialmente as opções.
- QV = quantidade vendida pelo outorgado ao realizar parcialmente as opções.

GE = Ganho estimado a ser obtido pelo outorgado ao realizar as opções em aberto. Esse ganho mínimo é calculado com base na fórmula de Black & Scholes e os dados da fórmula são atualizadas a cada data de balanço.

h. Receitas e despesas financeiras

Abrangem, basicamente, juros de empréstimos, financiamentos, aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas realizadas com instrumentos financeiros derivativos e amortização dos custos de captação. Os ganhos e perdas cambiais também são apresentados como receitas ou despesas financeiras. Os juros pagos são apresentados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

i. Reservas

Reserva de capital

Registra a apropriação dos montantes referentes aos planos de opção de compra de ações, cuja contrapartida é feita no resultado do exercício, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3 (g). Adicionalmente, o saldo desta conta também é impactado pelo exercício das opções de ações. Quando algum beneficiário exerce suas opções, o valor justo registrado em reserva de capital é reclassificado para reserva de lucros (estatutária). Esta reserva também pode ser utilizada para compensar o prejuízo líquido do exercício, remanescente após a compensação com as reservas de lucros.

Reserva estatutária (Reserva de lucros)

De acordo com o estatuto social da Companhia, o saldo remanescente do lucro líquido, após as devidas destinações, é utilizado para criação de uma reserva estatutária, a qual não deverá exceder o valor do capital social. Esta reserva tem por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia. Quando o limite da reserva de lucros for alcançado, o saldo poderá ser distribuído como um dividendo adicional, se aprovado em Assembleia de Acionistas. Adicionalmente, o saldo dessa conta também é impactado pelo exercício das opções de ações. Quando algum beneficiário exerce suas opções, o valor justo registrado em reserva de capital é reclassificado para reserva de lucros (estatutária). Essa reserva também pode ser utilizada para compensar o prejuízo do exercício.

j. Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais;

Quando a Companhia emite instrumentos patrimoniais próprios e os entrega a seus credores com o intuito de extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro, tais instrumentos patrimoniais são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, mensurados pelo seu valor justo. Se o valor justo dos instrumentos patrimoniais próprios emitidos não puder ser mensurado, os instrumentos patrimoniais próprios devem ser mensurados pelo valor justo do passivo financeiro extinto. A diferença entre o valor justo reconhecido diretamente no patrimônio líquido e o valor contábil do passivo financeiro é registrada no resultado do período como um ganho ou perda.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas informações trimestrais. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)
- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Contas Regulatórias de Diferimento)
- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

4 Preparação das informações trimestrais

O resultado de equivalência patrimonial existente nas demonstrações financeiras incluem as informações de suas investidas indicadas a seguir:

	Percentual de participação	
	31/03/2016	31/12/2015
Coligadas diretas:		
OGX P&G (i)	25,89	28,57
Coligadas indiretas:		
OGX R-11 (iv)	25,89	28,57
OGX International (iv)	25,89	28,57
OGX Austria (iv)	25,89	28,57
OGX Netherlands Holding (iv)	25,89	28,57
OGX Netherlands (iv)	25,89	28,57
Parnaíba B.V. (iv)	25,89	28,57
Atlanta Field (ii)	10,36	11,43
Controladas em conjunto (empreendimento em conjunto):		
OGMP Transporte Aéreo (iii)	50,00	50,00
Ativo mantido para venda (Coligada OGX P&G):		
Parnaíba Gás Natural (v)	9,41	10,38

- (i) Em 30 de setembro de 2014 todas as condições precedentes necessárias a extinção das dívidas concursais e extraconcursais da OGX P&G através da emissão de instrumentos de patrimônio já haviam sido cumpridas, de forma que a conversão já era mandatária nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial. A conversão e consequente diluição da participação da OGPar para 28,57% foi formalizada em 16 de outubro de 2014. Posteriormente, no dia 22 de janeiro de 2016, a coligada OGX P&G informou ao mercado a conclusão da desmobilização do FPSO OSX-1, respeitando assim os compromissos assumidos com a OSX 1 Leasing B.V. e seus respectivos credores. Em janeiro de 2016, como parte do acordo firmado entre as Companhias, a OSX1 creditou US\$ 32 milhões (equivalentes a R\$117 milhões) em uma conta garantia em nome da OGX, destinados exclusivamente a servir de garantia ao cumprimento das obrigações associadas ao abandono dos poços do campo de Tubarão Azul. No dia 30 de março de 2016, o Conselho de Administração da OGX P&G deliberou sobre o aumento do capital social, mediante capitalização de crédito, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da OGX P&G. O aumento de capital foi efetivado mediante emissão privada de 12.531.821 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,38 por ação, sendo R\$ 0,01 por ação, alocado à conta de capital social em vista do patrimônio líquido negativo da Companhia e o restante de R\$ 9,37 por ação alocados à reserva de capital. Embora o trâmite processual para emissão das ações ainda esteja em curso, a Companhia entendeu que a conversão dos instrumentos patrimoniais era devida para 31 de março de 2016. Como consequência da última emissão de ações acima, a OGPar teve novamente sua participação na OGX P&G diluída de 28,57% para 25,89%.
- (ii) Controlada em conjunto (“operação em conjunto”) com a Queiroz Galvão Exploração e Produção e a Barra Energia
- (iii) Controlada em conjunto (“operação em conjunto”) com a Eneva S.A.
- (iv) Em 31 dezembro de 2015 OGX P&G mantém participação de 100%, direta ou indireta, nessas sociedades.
- (v) No dia 24 de março de 2016 foi celebrado um acordo entre a OGX P&G e a Eneva S.A. (“Acordo de Subscrição OGX”) e um acordo entre Eneva e Cambuhy I Fundo de Investimento em Participações (“Cambuhy”) (“Acordo de Subscrição Cambuhy”) e, em conjunto com o Acordo de Subscrição OGX, “Acordos de Subscrição”). Nos termos do acordo, a OGX P&G comprometeu-se a subscrever parte das novas ações ordinárias a serem emitidas no âmbito de aumento de capital privado da Eneva, mediante a contribuição da totalidade de sua participação acionária detida na Parnaíba Gás Natural S.A. (“PGN”) no momento da subscrição (“Participação OGX”). Por seu turno, de acordo com o disposto no Acordo de Subscrição Cambuhy, a Cambuhy comprometeu-se, sujeito a determinadas condições suspensivas, a subscrever parte das novas ações ordinárias a serem emitidas no âmbito de aumento de capital privado da Eneva, mediante a contribuição (i) da totalidade de sua participação acionária detida na PGN (“Participação Cambuhy”); e (ii) da totalidade das debêntures conversíveis da 3ª e 4ª emissões de debêntures da PGN (“Debêntures”

e, em conjunto com a Participação Cambuhy, "Ativos Cambuhy" e, em conjunto com os Participação OGX, "Ativos PGN"). A Eneva, por sua vez, sujeito a determinadas condições suspensivas, promoverá um aumento de capital, para subscrição privada ("Aumento de Capital Privado"), que permita a contribuição dos Ativos PGN pela Cambuhy e pela OGX por um valor estimado de aproximadamente R\$1,15 bilhão, sujeito à aprovação dos respectivos laudos de avaliação pela assembleia geral da Eneva, na forma do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e observado o direito de preferência dos acionistas da Eneva nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O preço de emissão das ações acordado é de R\$0,15 por ação, fixado nos termos do Art. 170, §1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Como consequência da consumação do Aumento de Capital Privado mediante a contribuição dos Ativos Cambuhy ou da totalidade dos Ativos PGN ao capital da Eneva (conforme o caso, a "Transação"), a Eneva poderá passar a deter até 100% do capital social da PGN, tornando-se sua acionista única. Em contrapartida a Cambuhy e a OGX P&G poderão passar a ser acionistas da Eneva.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme entre as empresas e são consistentes com aquelas utilizadas na apresentação dos números do exercício anterior.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Caixa e conta-corrente	81	59
	<u>81</u>	<u>59</u>

Classificação e mensuração

Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como empréstimos e recebíveis.

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira está apresentada nos quadros a seguir.

Instituição financeira	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e conta corrente		
Caixa Interno	1	1
Bradesco	-	7
BTG Pactual	1	1
Itaú	79	50
Total de caixa e conta corrente	<u>81</u>	<u>59</u>

6 Outros créditos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prêmio de seguros	-	89
Adiantamentos à colaboradores	416	414
	<u>416</u>	<u>503</u>

7 Investimentos

<u>Investimento</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
OGX P&G		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	(110.299)	(193.973)
Ajuste a valor justo - perda de controle - deságio (i)	<u>(818.361)</u>	<u>(818.361)</u>
Subtotal	<u>(928.660)</u>	<u>(1.012.334)</u>
Realização do deságio (i)	709.651	709.651
Total (ii)	<u>(219.009)</u>	<u>(302.683)</u>
OGMP Transporte Aéreo		
Valor contábil do investimento (% do patrimônio líquido)	<u>190</u>	<u>256</u>
	<u>(218.819)</u>	<u>(302.427)</u>

(i) Vide Nota Explicativa nº 7 (d).

(ii) Apresentado no passivo não circulante na rubrica “provisão para perda de investimento”.

a. Movimentação do investimento

a. Saldo em 1º de janeiro de 2015	<u>63.787</u>
Contribuição de capital em participações societárias	
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(57.407)
Resultado de equivalência patrimonial	(19.551)
Equivalência reflexa no patrimônio líquido (opções de ações)	(6.322)
Realização do deságio - Nota 7 (c)	<u>3.628</u>
Saldo em 31 de março de 2015	<u>(15.865)</u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	(91.397)
Resultado de equivalência patrimonial	(195.951)
Outros	<u>786</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(302.427)</u>
Ajustes de conversão de moeda estrangeira	52.005
Resultado de equivalência patrimonial	(16.987)
Ganho efeito da variação de participação em coligada	18.228
Equivalência patrimonial reflexa ágio na emissão de ações	<u>30.362</u>
Saldo em 31 de março de 2016	<u>(218.819)</u>

Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2016 com Relatório dos Auditores Independentes
sobre a Revisão das Informações trimestrais - ITR

b. Informações sobre as participações societárias

31/03/2016					
Dados das companhias investidas	Participação no capital social (em %)	Quantidade de ações/quotas (i)	Patrimônio líquido (i)	Capital social (i)	Lucro líquido (prejuízo) do período (i)
Diretas					
OGX P&G (iii)	25,89	120.758.380	(426.029)	8.607.471	(65.357)
OGMP Transp. Aéreo	50,00	8.863.334	380	8.864	(131)
Indiretas					
OGX R-11	25,89	12.056.631	6.102	12.233	(876)
OGX International	25,89	1	(1.600.755)	647.608	204.804
OGX Austria	25,89	1	(1.835.923)	16.568	197.514
OGX Netherlands Holding	25,89	18.000	287.898	688.619	7.865
OGX Netherlands	25,89	18.000	117.329	525.931	8.112
Parnaíba B.V.	25,89	4.667	9.837	6.646	(34)
Atlanta Field	10,36	10.000	423.453	380.933	(83)
Ativo não circulante disponível para venda (*)					
Parnaíba Gás Natural (ii)	9,41	676.301.634	822.386	619.071	13.157
31/12/2015					
Dados das companhias investidas	Participação no capital social (em %)	Quantidade de ações/quotas (i)	Patrimônio líquido (i)	Capital social (i)	Lucro líquido (prejuízo) do período (i)
Diretas					
OGX P&G (iii)	28,57	120.758.380	(678.938)	8.607.346	(754.286)
OGMP Transp. Aéreo	50,00	8.863.334	512	8.864	(5)
Indiretas					
OGX R-11	28,57	12.056.631	6.978	12.233	(5.445)
OGX International	28,57	1	(2.010.713)	643.321	(821.018)
OGX Austria	28,57	1	(2.227.265)	16.422	(861.118)
OGX Netherlands Holding	28,57	18.000	273.738	684.389	39.433
OGX Netherlands	28,57	18.000	120.631	525.931	41.019
Parnaíba B.V.	28,57	4.667	10.829	6.646	800
Atlanta Field	11,43	10.000	379.445	293.305	(3.203)
Ativo não circulante disponível para venda (*)					
Parnaíba Gás Natural (ii)	10,38	676.301.634	731.673	619.071	5.977

(*) Referem-se a 31 de dezembro de 2015.

Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2016 com Relatório dos Auditores Independentes
sobre a Revisão das Informações trimestrais - ITR

Os saldos dos grupos do balanço patrimonial das sociedades nas quais a OGpar, direta ou indiretamente, mantém participação em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estão demonstrados a seguir:

	No Brasil				No exterior					
	OGX P&G	Parnaíba Gás Natural (*) (**)	OGX R-11	OGMP Transp. Aéreo (i)	OGX Áustria	OGX International	OGX Netherlands	OGX Netherlands Holding	Parnaíba B.V.	Atlanta Field (i)
31 de março de 2016										
Ativo circulante	255.382	410.143	7	413	335	69	851	94	67	61.265
Ativo realizável a longo prazo	14.288.867	109.221	6.341	-	11.576.249	13	124.422	1.904	10.810	2.136
Investimentos	6.102	-	-	-	-	-	-	296.547	-	-
Imobilizado	504.449	1.365.418	-	-	-	-	936	-	132.184	371.808
Intangível	571.028	33.163	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativo	15.625.828	1.917.945	6.348	413	11.576.584	82	126.209	298.545	143.061	435.209
Passivo circulante	2.345.419	351.995	137	33	419	1	4	148	8	5.083
Passivo não-circulante	13.706.438	743.564	109	-	13.412.088	1.600.836	8.876	10.499	133.216	6.673
Patrimônio líquido	(426.029)	822.386	6.102	380	(1.835.923)	(1.600.755)	117.329	287.898	9.837	423.453
Total passivo + patrimônio líquido	15.625.828	1.917.945	6.348	413	11.576.584	82	126.209	298.545	143.061	435.209
31 de dezembro de 2015										
Ativo circulante	299.183	357.440	109	413	403	168	968	149	194	65.040
Ativo realizável a longo prazo	15.491.282	153.541	6.943	-	12.492.106	15	128.358	1.964	9.802	2.165
Investimentos	6.979	-	-	-	-	-	-	283.239	-	-
Imobilizado	491.818	1.215.688	-	100	-	-	1.027	-	147.071	356.335
Intangível	571.933	19.782	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativo	16.861.195	1.746.451	7.052	513	12.492.509	183	130.353	285.352	157.067	423.540
Passivo circulante	2.408.799	333.123	-	-	4.126	1	32	93	74	38.128
Passivo não-circulante	15.131.334	681.655	74	1	14.715.648	2.010.895	9.690	11.521	146.164	5.967
Patrimônio líquido	(678.938)	731.673	6.978	512	(2.227.265)	(2.010.713)	120.631	273.738	10.829	379.445
Total passivo + patrimônio líquido	16.861.195	1.746.451	7.052	513	12.492.509	183	130.353	285.352	157.067	423.540

(i) Refere-se aos saldos patrimoniais referentes à totalidade das ações/quotas existentes e não apenas à participação indireta da Companhia.

(*) Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a PGN está classificada como ativo não circulante disponível para venda nas demonstrações financeiras da OGX P&G.

(**) Referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

8 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos e contribuições

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo não circulante		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.490	2.490
IRPJ a compensar	8.113	20.277
INSS a recuperar	15	-
	<u>10.618</u>	<u>22.767</u>
Total de imposto e contribuições a recuperar		
Passivo circulante		
IRRF	2	-
COFINS a pagar	3	7
PIS a pagar	-	1
Outros	6	1
	<u>11</u>	<u>9</u>
Total de impostos e contribuições a recolher		

A conciliação da apuração de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2016</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízo do período antes do IRPJ e CSLL	(10.683)	(10.683)
Adições/exclusões de natureza permanentes:		
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota Explicativa nº 7 (a))	16.987	16.987
Ganho efeito da variação de participação em coligada	(18.228)	(18.228)
Realização de ajustes acumulados de conversão	14.031	14.031
	<u>2.107</u>	<u>2.107</u>
Base de cálculo para IRPJ e CSLL		
	15% +	
Alíquotas (%)	adicional 10%	9%
IRPJ e CSLL diferido	(527)	(190)
Reversão de IRPJ e CSLL corrente e diferido (*)	527	190
Total do IRPJ e CSLL contabilizado	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>

9 Partes relacionadas

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados a seguir:

	<u>Créditos com partes relacionadas</u>		<u>Empréstimos e financiamentos (passivo)</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
OGX P&G	-	-	(77.113)	(91.091)
OGX International	<u>633</u>	<u>633</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>633</u>	<u>633</u>	<u>(77.113)</u>	<u>(91.091)</u>

Os saldos apresentados acima referem-se a mútuos.

Movimento dos empréstimos e financiamentos

	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(91.091)</u>
Novas captações	(1.323)
Juros incorridos	(1.370)
Variação cambial	4.671
Amortização	<u>12.000</u>
Saldo em 31 de março de 2016	<u>(77.113)</u>

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores está detalhada na Nota Explicativa nº 15.

10 Fornecedores

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores nacionais	586	729
Fornecedores estrangeiros	<u>1.233</u>	<u>1.424</u>
	<u>1.819</u>	<u>2.153</u>

Saldo 31 de março de 2016 refere-se basicamente a custos a serem pagos em até 48 parcelas mensais no âmbito da recuperação judicial.

Classificação e mensuração

Estes saldos estão classificados como “outros passivos financeiros” não mensurados ao valor justo e estão reconhecidos pelo seu custo amortizado.

11 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a. Capital social

Durante o período de três meses findo de 31 de março de 2016 e o exercício findo de 31 de dezembro de 2015 não ocorreram exercícios de opções de compra de ações e nem integralizações de capital na Companhia.

31/03/2016 - Acionistas	Nº de ações ordinárias	Participação %
Centennial Asset Funds (*)	1.623.333.735	50,17
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	1.612.683.055	49,83
	3.236.016.790	100,00

31/12/2015 - Acionistas	Nº de ações ordinárias	Participação %
Centennial Asset Funds (*)	1.623.333.735	50,17
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	1.612.683.055	49,83
	3.236.016.790	100,00

(*) Centennial Asset Mining Fund LLC e Centennial Asset Brazilian Equity Fund, ambos controlados pelo Sr. Eike Fuhrken Batista.

Custo na emissão de ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações no valor de R\$ 236.951 estão registrados em conta retificadora do capital social. Estes custos se referem à comissão e aos serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

b. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

No período de três meses findo em 31 de março de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram apurados lucros e nem distribuídos dividendos.

c. Ajuste acumulado de conversão

Devido à conversão de moeda relativa aos investimentos indiretos em empresas com moedas funcionais diferentes da moeda funcional do grupo, foram apurados ajustes acumulados de conversão registrados na conta de resultados abrangentes.

12 Plano de opção de compra de ações

Opções outorgadas pela Companhia (“Plano de Companhia”)

A Companhia e sua coligada OGX P&G, implementaram plano de opção de compra de ações de sua emissão, onde concedia aos outorgados a opção de subscrição de um quantidade pré-definida de ações do seu capital social, em um prazo que pode variar de 3 a 7 anos, dependendo do contrato.

Devido a falta de expectativa das opções outorgadas pela Companhia retornarem ao status “*in the money*” no curto prazo, ou seja, não apresentarem valor de mercado superior ao valor de exercício, a administração da Companhia, no 4º trimestre de 2014, negociou com todos os beneficiários que detinham opções do Plano da Companhia acordo compensatório para o cancelamento destes planos em troca de R\$ 0,01 por opção. Por se tratar de um cancelamento dos pacotes mediante a celebração de acordos compensatórios, o valor justo remanescente sobre os planos de opções de compra de ações negociados foi antecipado e reconhecido em sua totalidade como despesa do exercício. Ao final de 2014 já não havia opções outorgadas pela Companhia a serem exercidas.

Opções outorgadas pelo Acionista Controlador (“Plano do Controlador”)

Através desse plano o Acionista Controlador concedeu aos outorgados a opção de compra de uma quantidade pré-definida de ações de sua titularidade que compõem o capital social da OGpar, em um prazo que pode variar de 5 a 10 anos, dependendo do contrato. Ao final do primeiro trimestre de 2015, os últimos beneficiários desse plano se desligaram da Companhia, encerrando assim a posição de opções outorgadas em aberto.

13 Despesas administrativas e gerais

Os principais gastos incorridos estão demonstrados no quadro abaixo:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Despesas com pessoal	238	1.402
Serviços prestados por terceiros	763	782
Seguros	88	262
Outros	155	544
	<u>1.244</u>	<u>2.990</u>

14 Resultado financeiro

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre mútuos	(1.370)	(893)
Variações cambiais passivas	-	(9.867)
Outros	(264)	(502)
	<u>(1.634)</u>	<u>(11.262)</u>
Receitas financeiras		
Atualização de créditos tributários	402	472
Juros	-	563
Rendimento de aplicações financeiras	1	1
Variações cambiais ativas	4.582	-
	<u>4.985</u>	<u>1.036</u>
Resultado financeiro líquido	<u>3.351</u>	<u>(10.226)</u>

15 Remuneração dos administradores

Os administradores apresentados nesta Nota são os membros do Conselho de Administração. O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2016 está apresentado no quadro abaixo:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Conselho de Administração	197	264
Subtotal	<u>197</u>	<u>264</u>
Opções de compra de ações canceladas e anuladas	-	(6.322)
Efeito no resultado	<u><u>197</u></u>	<u><u>(6.058)</u></u>

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A OGPar é uma holding com participação direta, não controladora, na OGX P&G, com controle compartilhado sobre a OGMP e com participações indiretas, também não controladora, em outras entidades (vide Nota Explicativa nº 7). A OGpar individualmente não possui instrumentos financeiros de montantes relevantes, não obstante, sua coligada e controlada em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras, riscos das taxas de juros e inflação oriundos dos ativos e passivos adquiridos, poderão ser neutralizados, quando considerados relevantes, de acordo com a avaliação do contexto econômico e operacional pela Administração. A contratação de instrumentos de proteção de contra variação no preço do petróleo está sujeita aos limites de exposição física e de volatilidade previstos na Política de Comercialização da Companhia.

b. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

b.1 Risco de variação de preço: petróleo

Gerenciamento de risco

A coligada OGX P&G possui política formal de gerenciamento de estoque e comercialização na qual se definem as alçadas de decisão para a comercialização de petróleo e os critérios para gerenciamento do preço de venda do petróleo. As diretrizes de proteção do preço da *commodity* prevêm a utilização de instrumentos derivativos para fixação do preço de venda de forma a assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de receitas da Companhia.

Operações protegidas por instrumentos derivativos contra variação de preço

De acordo com a Política de Comercialização a coligada OGX P&G pode utilizar instrumentos derivativos com a finalidade de fixar o preço de venda do óleo já produzido, podendo, também, fixar o preço de até três meses de produção, ou eventualmente de outro horizonte que venha a ser aprovado pelo Conselho de Administração. Os instrumentos derivativos utilizados poderão ser futuros, *swaps*, “*collars*” e opções. As operações podem ser realizadas nas Bolsas NYMEX - New York Mercantile Exchange e ICE - Intercontinental Exchange, assim como no mercado de balcão. Não houve nenhuma operação com instrumentos derivativos em 2015.

Análise de sensibilidade - testes de estresse

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não havia derivativos de petróleo em aberto na OGPar e nem na OGX P&G.

b.2 Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio associadas aos ativos e passivos da Companhia.

Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito consolidado de suas empresas para identificar e reduzir os riscos associados à oscilação do valor das moedas que estão relacionadas aos ativos e passivos. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas pela Companhia. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, dentro dos seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

Análise de sensibilidade para o risco cambial

Em 31 de março de 2016 a Companhia individualmente, não possuía ativos ou passivos relevantes expostos ao câmbio. Sua coligada OGX P&G possuía exposição cambial líquida de R\$ (1.863.395) passivos, representada, sobretudo pelo financiamento DIP e pelo 2º Pré

Pagamento de exportação/ *incremental facility* (US\$ 73 milhões).

Os cenários definidos nesta análise partiram da taxa de câmbio de 31 de março de 2016:

- Cenário I: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 25%.
- Cenário II: depreciação do R\$ perante o US\$ - em 50%.

	Valor de referência	Cenário I	Cenário II
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Passivo líquido em moeda estrangeira	(523.587) (*)	(465.849)	(931.697)
% Participação OGpar	25,89%	25,89%	25,89%
Exposição da OGpar a exposição cambial da OGX P&G	(135.557)	(120.608)	(241.216)

(*) Corresponde a exposição cambial líquida que a OGX P&G está exposta, cujo montante de R\$ 1.863.395 está convertido para US\$ pela taxa de fechamento de março de 2016 (3,5589).

(**) O saldo de ativo e passivos líquidos é negativo (dívida líquida), sobretudo em função do "passivo não circulante" que corresponde aos financiamentos do DIP e 2º PPE (US\$ 73 milhões). A OGX P&G optou por não contratar instrumento financeiro de proteção dessa exposição contábil, pois no processo de recuperação judicial, a OGX P&G não espera ter que desembolsar recursos para liquidar os DIPs (num total de US\$ 307.247 em 31 de março de 2016). A proposta do Plano de Recuperação Judicial é converter essa dívida em capital.

b.3 Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros às quais podem estar associados os fluxos de pagamento de principal e juros de dívida. A Companhia não considera relevante o risco de juros em seu status atual, pois, não espera ter que liquidar seu principal passivo com juros (o DIP *Finance*), cuja expectativa é que seja convertido em capital.

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Companhia adotou como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, as referências utilizadas são o Índice *RiskBank* da consultoria Lopes Filho e Associados e o rating da agência de risco Standard & Poors. Para avaliação das contrapartes comerciais a empresa possui normativo no qual é estabelecido um conjunto de critérios e diretrizes que representam a base para concessão de crédito a clientes nacionais e internacionais da Companhia. Os fundamentos básicos que norteiam este instrumento são o de prover maior segurança na realização dos créditos concedidos e o de minimizar eventuais riscos nas relações comerciais.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde ao total do quadro abaixo:

Quadro de risco de crédito	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	81	59
Outros créditos (não inclui prêmio de seguros)	8	414
Créditos com partes relacionadas	<u>633</u>	<u>633</u>
	<u>722</u>	<u>1.106</u>

d. Risco de liquidez

A Companhia e suas coligadas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado de curto prazo. O quadro a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento.

	31/03/2016						Total dos passivos financeiros
	Vencido	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais que 2 anos	Outros	
Fornecedores (ii)	16	433	321	612	437	-	1.819
Empréstimos com partes relacionadas (i)	-	-	-	-	-	77.113	77.113
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	151	151
Total	<u>16</u>	<u>433</u>	<u>321</u>	<u>612</u>	<u>437</u>	<u>77.264</u>	<u>79.083</u>

- (i) Mútuo com vencimento renovável como forma de gestão consolidada do caixa do Grupo OGPar. A quitação deste mútuo se dará sob demanda.
- (ii) Fornecedores com prazo superior a 6 meses associados ao plano de recuperação judicial.

17 Informações por segmento

A administração da OGpar não segrega os resultados da Companhia por segmentos. Após a perda de controle sobre a OGX P&G o resultado da OGPar passou a ser basicamente o resultado de equivalência patrimonial e outros efeitos associados às participações societárias não controladoras. O resultado da principal investida OGX P&G segmentado por bacia (segmento geológico) está apresentado nas informações trimestrais da OGX P&G.

18 Resultado por ação

As tabelas a seguir reconciliam o (prejuízo) dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 aos montantes usados para calcular o (prejuízo) por ação básico e diluído.

Básico e diluído	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Numerador básico e diluído		
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	(10.683)	(29.139)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada de ações	<u>3.236.016.790</u>	<u>3.236.016.790</u>
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,00330)</u>	<u>(0,00900)</u>

19 Eventos subsequentes

Solicitação de Retomada da Produção no Campo de Tubarão Martelo

No dia 26 de Abril de 2016, foi protocolada a solicitação para retomada de produção no Campo de Tubarão Martelo junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

Ressalta-se que a referida solicitação está sujeita à aprovação da ANP, que, por sua vez tem um prazo de até 60 dias para analisar a proposta e manifestar-se a respeito do deferimento do pedido.

A Companhia tem intenção de voltar a produzir no referido campo nos quatro poços conectados, tendo em vista a elevação no preço do petróleo ocorrida nas últimas semanas e assim, permitir geração de caixa para a OGX, em um cenário mais favorável do mercado de petróleo. Antes da interrupção temporária da produção no Campo de TBMT, o FPSO OSX-3 estava produzindo em média 8,6 mil barris de óleo por dia.

Composição do Conselho de Administração

Composição da Diretoria

Pedro de Moraes Borba
Presidente

Paulo Narcélio Simões Amaral
Diretor Presidente

Julio Alfredo Klein Junior

Márcia Lemos Mainenti
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Gunnar Gonzalez Pimentel

Francisco Aurélio Sampaio Santiago
Diretor de Operações

Membros independentes

Controller e Contador responsável

Adriano Salviato Salvi

Dennis Hochman
CRC-RJ 122702/O-4

Jorge Rojas Carro

Renato Paulino de Carvalho Filho

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanco Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanco Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

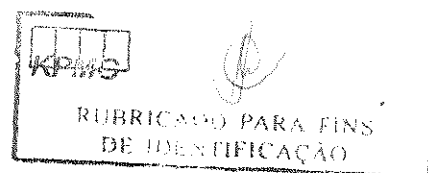
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

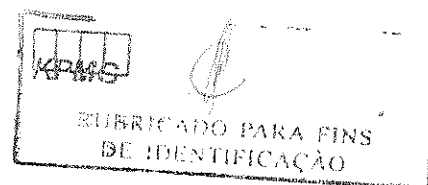
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---



Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.236.016.790
Preferenciais	0
Total	3.236.016.790
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	11.938	24.218
1.01	Ativo Circulante	497	562
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81	59
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	416	503
1.01.08.03	Outros	416	503
1.01.08.03.20	Outros créditos e despesas antecipadas	416	503
1.02	Ativo Não Circulante	11.441	23.656
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.251	23.400
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	633	633
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	10.618	22.767
1.02.01.09.03	Tributos Não-Correntes a Recuperar	10.618	22.767
1.02.02	Investimentos	190	256



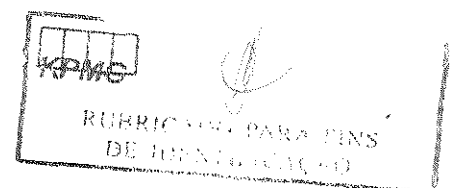
DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	11.938	24.218
2.01	Passivo Circulante	79.160	93.481
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66	77
2.01.02	Fornecedores	1.819	2.153
2.01.03	Obrigações Fiscais	11	9
2.01.05	Outras Obrigações	77.264	91.242
2.01.05.02	Outros	77.264	91.242
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	151	151
2.01.05.02.06	Empréstimos com partes relacionadas	77.113	91.091
2.02	Passivo Não Circulante	219.009	302.683
2.02.04	Provisões	219.009	302.683
2.02.04.02	Outras Provisões	219.009	302.683
2.02.04.02.04	Provisões para perda de investimentos	219.009	302.683
2.03	Patrimônio Líquido	-286.231	-371.946
2.03.01	Capital Social Realizado	8.821.155	8.821.155
2.03.02	Reservas de Capital	30.362	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.049.318	-9.038.635
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-88.430	-154.466



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.034	-18.913
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.244	-2.990
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.228	3.628
3.04.04.01	Realização do deságio	0	3.628
3.04.04.02	Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	18.228	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.031	0
3.04.05.01	Realização de ajustes acumulados de conversão	-14.031	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.987	-19.551
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-14.034	-18.913
3.06	Resultado Financeiro	3.351	-10.226
3.06.01	Receitas Financeiras	4.985	1.036
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.634	-11.262
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.683	-29.139
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.683	-29.139
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.683	-29.139
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00330	-0,00900
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00330	-0,00900



DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.683	-29.139
4.02	Outros Resultados Abrangentes	66.036	-57.407
4.02.01	Ajustes de conversão período	66.036	-57.407
4.03	Resultado Abrangente do Período	55.353	-86.546



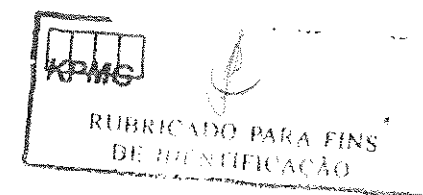
DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.699	-2.562
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.194	-3.372
6.01.01.01	Prejuízo do período	-10.683	-29.139
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	16.987	19.551
6.01.01.03	Varição cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	-4.671	9.514
6.01.01.04	Realização de deságio	0	-3.628
6.01.01.05	Juros/encargos sobre financiamento	1.370	330
6.01.01.06	Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	-18.228	0
6.01.01.07	Realização de ajustes acumulados de conversão	14.031	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.893	810
6.01.02.01	Outros créditos e partes relacionadas	87	262
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	12.149	3.373
6.01.02.04	Fornecedores	-334	168
6.01.02.05	Salários e encargos trabalhistas	-11	-2.982
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recolher	2	-11
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.677	2.733
6.03.02	Amortização do principal	-12.000	-2.000
6.03.03	Captações de empréstimos e financiamentos	1.323	4.733
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22	171
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59	195
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81	366



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	0	0	-9.038.635	-154.466	-371.946
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.362	0	0	0	30.362
5.04.08	Ágio na emissão de ações	0	30.362	0	0	0	30.362
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.683	66.036	55.353
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.683	0	-10.683
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	66.036	66.036
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	66.036	66.036
5.07	Saldos Finais	8.821.155	30.362	0	-9.049.318	-88.430	-286.231



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.821.155	96.552	0	-8.893.511	-5.662	18.534
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.821.155	96.552	0	-8.893.511	-5.662	18.534
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.322	0	0	0	-6.322
5.04.08	Reconhecimento pro rata e cancelamento/anulação de opções de ações	0	-6.322	0	0	0	-6.322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.139	-57.407	-86.546
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.139	0	-29.139
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-57.407	-57.407
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-57.407	-57.407
5.07	Saldos Finais	8.821.155	90.230	0	-8.922.650	-63.069	-74.334



DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-976	-1.074
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-976	-1.074
7.03	Valor Adicionado Bruto	-976	-1.074
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-976	-1.074
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-7.805	-14.887
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.987	-19.551
7.06.02	Receitas Financeiras	4.985	1.036
7.06.03	Outros	4.197	3.628
7.06.03.01	Realização do deságio	0	3.628
7.06.03.02	Ganho do efeito na alteração de participação em coligada	18.228	0
7.06.03.03	Realização do ajuste acumulado de conversão	-14.031	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-8.781	-15.961
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-8.781	-15.961
7.08.01	Pessoal	199	1.358
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	69	558
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.634	11.262
7.08.03.03	Outras	1.634	11.262
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	1.634	11.262
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.683	-29.139

